parece que não estão vendo o "presidengue" ampliar a lista de óbitos no Brasil.

O "presidengue" Inácio da Silva já tem mais de três mil casos de dengue, a se confirmar, mais de mil óbitos, mas não é chamado de genocida.

O "presidengue", ele tem o seu filho denunciado por agressão à mulher, mas a bancada feminista e os "feministos" do PT e do PSOL, aqueles que encontram fascistas debaixo da cama, dentro do armário, não sobem aqui para denunciar a agressão às mulheres. E eu vou repetir, eu disse aqui desta tribuna: eu dou a ele o benefício da dúvida. Que responda pelo suposto crime que lhe foi atribuído.

Eu não defendo que, de ofício, o tirano Alexandre de Moraes mande-o prender, como fez com o Filipe G. Martins, que está preso até agora em uma cela comum porque Alexandre, aquele que acha que está acima de Deus, mandou prender, senhoras e senhores, porque disse que ele saiu do país, foi para os Estados Unidos naquele voo do presidente Bolsonaro, em 31 de dezembro. Primeiro que ele não foi, ele não estava.

Tem a comprovação das passagens aéreas de Brasília a Curitiba, dada aí pela empresa aérea, comprovando que nem do país ele saiu, mas a fundamentação da sua prisão é por ter saído do país.

Ora, ele é um cidadão brasileiro, se ele quisesse sair, ele podia sair, mas ainda assim, não saindo, foi preso, porque Alexandre aquele que acha que está acima de Deus, que é o senhor da vida e da morte, é o que manda prender e soltar, é o que orienta as decisões de grandes políticos aqui no país, que define grandes decisões de grandes políticos aqui no país, está deixando esse jovem inteligentíssimo, um fenômeno político.

E por que ele está preso? Porque ele não é esquerda, porque ele não fez o "L", porque ele não lacrou "13", porque ele não é tucano, não trabalhou com Michel Temer, porque ele é bolsonarista, senhores.

Eu poderia, deputado Mansur, falar de mais outros dados aqui. O "presidengue" Inácio da Silva está batendo recorde de queimada na Amazônia. Ninguém fala. Acabou. A Amazônia está em chamas. Leonardo DiCaprio, Greta, sumiram, e o silêncio da esquerda fala muito sobre eles. Não é o que se fala, o que se faz, é quem fala, Capitão Telhada, e quem faz.

A gente segue aqui na nossa coerência, falando aquilo que nós acreditamos que é o correto, e denunciando as hipocrisias desses que dizem que uns são genocidas, e se calam agora com milhares de brasileiros em óbito, que não falam nada sobre as queimadas, que não dão um pio sobre os Yanomami, mas, se Deus quiser, logo mais esse desgoverno de Inácio da Silva vem abaixo.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Parabéns pelas palavras, deputado Gil Diniz, ele que é líder do bolsonarismo aqui na Casa. Vamos seguindo aí os oradores inscritos no Grande Expediente. Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputada Monica Seixas. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Eduardo. Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Paulo Mansur, deputado Gil Diniz, Capitão Telhada, primeiro gostaria de dizer que achei muito importante da minha parte, e inclusive como representante do povo, dar um abraço no Mano Brown, que é o principal rapper brasileiro, líder dos Racionais, e uma pessoa que há muitos anos, há décadas venho acompanhando.

No primeiro dia que eu o vi cantar, e os Racionais cantarem, ali na zona sul, era um encontro do PT em Grajaú, e havia cerca de 10 mil pessoas, e eu observei como sobretudo os jovens sabiam cantar aquelas letras e me dei conta que se nós quisermos saber, conhecer os ideais, os problemas e como andam sobretudo os jovens das áreas mais periféricas, que seria muito importante que nós ouvíssemos as letras de "Os Racionais".

E não é à toa, pois que em sabendo que o Mano Brown estava completando 54 anos naquela noite, eu como tantas outras pessoas que o admiram, fomos lá cumprimentar. Foi ali no Bar do Fundão, em frente ao Bar do Fundão, naquela rua que sai da Avenida Albert Sabin, e havia lá centenas de pessoas.

O fato de o Claudinho como eu ter ido lá dar um abraço no Mano Brown não constitui qualquer falta, em especial se naquele mesmo lugar houver alguém fumando um cigarro de maconha. Mesmo que sejam dois ou três, isso não significa que Claudinho cometeu qualquer infração, de forma alguma.

E é como se então o Capitão Telhada fosse passear num conglomerado de pessoas na Praça da Sé ou aonde fosse e alguém estivesse fumando um cigarro de maconha, isso não quer dizer que o Capitão Telhada estaria cometendo uma infração.

E, portanto, eu quero aqui dizer o quão bom foi ali ter estado na comemoração do aniversário de Mano Brown, que é um dos artistas mais reconhecido e aplaudido no Brasil.

Os seus shows têm a presença de milhares de pessoas e eu avalio que se é algo muito importante, quisera que o deputado pudesse estar até recitando o conteúdo das letras dos "Racionais", do Mano Brown, ele iria muito perceber o que pensam os jovens da periferia de São Paulo e do Brasil.

Mas eu gostaria de aqui hoje comentar o artigo publicado no jornal "O Globo" de hoje, de Eduardo Diniz e Danilo Pitarello. O primeiro, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, a escola onde eu estudei e fui professor de 1966 até 2012. E Danilo Pitarello, economista e mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

Esse artigo comenta como é que mais e mais candidatos a prefeitos e com o apoio de muitos candidatos a vereadores estão considerando a implantação da garantia de uma renda universal.

Diz o artigo: A pandemia trouxe duas novas tendências aos programas de transferência de renda. A primeira é sua crescente adoção em países de renda elevada, onde a desigualdade tem aumentado.

Esses programas são cada vez conhecidos como "renda básica", expressão acompanhada por adjetivos como "universal", "garantida" ou "de cidadania". A segunda tendência é a municipalização desses programas.

A pandemia provocou perda de renda de parcela significativa da população pouco acima da linha de pobreza e fora dos programas de transferência de renda tradicionais.

Essa situação afetou visivelmente os municípios, com pequenos negócios importantes para a receita e emprego nos municípios ruindo. A nova geração de programas municipais fomentou um aspecto inovador encontrado em algumas dessas iniciativas, o uso de moedas locais para desembolsar os benefícios, com o objetivo de evitar que recursos da cidade promotora escoem para outros territórios. Iniciativas na Espanha, na França, na Bélgica, na Suíça, no Canadá e na Coreia do Sul demonstram a relevância global desses programas para o desenvolvimento local.

O principal caso brasileiro de renda básica municipal com moeda local foi implantado, em realidade está sendo implantado, em Maricá, no Rio de Janeiro. Desde 2013, a cidade tem seu programa de renda básica municipal usando uma moeda que só pode ser gasta no comércio local. Durante a pandemia, Maricá conseguiu manter a economia local, ampliou o emprego formal e teve recuperação mais rápida que outras cidades do estado.

Em verdade, há uma imprecisão, era aqui no texto desses professores. Em dezembro de 2015, eu, um dia, fiz uma palestra aqui em São Paulo sobre os Direitos Humanos, como construir um Brasil mais justo, e comentei sobre o conceito da renda básica de cidadania. Estava presente nesta palestra, assistindo, o então prefeito de Maricá, hoje deputado federal e candidato a prefeito novamente, Washington Quaquá.

Quando eu terminei a exposição sobre as vantagens da renda básica, ele disse a mim: "Eduardo, eu quero aplicar a renda básica em Maricá", e iniciou, de forma gradual. Em janeiro de 2016, todas as famílias que estavam recebendo o Programa Bolsa Família passaram a receber mais dez mumbucas por mês.

Em janeiro de 2017, esse acréscimo foi de 20 mumbucas ou reais por mês. Mumbuca é o nome da moeda social em Maricá. Quando houve, em dezembro de 2017, um quarto da população, 42 mil pessoas, aproximadamente, passaram a receber a renda básica, as pessoas das famílias que tinham até três salários mínimos registradas no Cadastro Único.

Em novembro passado, 93 mil pessoas, correspondendo a quase metade da população hoje de Maricá, passaram a receber, e vai chegar um dia à universalidade. Outras 13 cidades do Brasil já têm ou estão implementando modelo semelhante. Embora algumas sustentem suas iniciativas com renda do petróleo, outras usam fórmulas criativas, com recursos vindos de reciclagem para implantar programas adequados às suas capacidades e recursos.

Os principais elementos que permitem sua replicação, o Cadastro Único e o E-dinheiro, aplicativo móvel de pagamentos em moedas locais, estão disponíveis em qualquer município.

Então relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro sobre as experiências de Niterói e Maricá apontam desafios que devem ser superados para a difusão e expansão de programa de renda básica com moeda local, entre eles capacitação da prefeitura, atenção aos critérios de elegibilidade e transparência no pagamento dos benefícios e funcionamento da moeda.

Além disso, sistemas de pagamento robustos e auditoria constante desses programas permitirão uma gestão eficiente por parte da administração municipal e dos órgãos de controle.

Com eleições municipais à vista, renova-se a esperança de transformação das cidades e com ela oportunidades de reafirmar o compromisso com políticas públicas inovadoras que promovam acesso universal à renda e à inclusão produtiva e financeira sustentável. Renda básica com moedas locais estarão certamente na agenda de candidatos a prefeitos e vereadores em 2024.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe por ter me alongado dois minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente. Pela ordem, presidente Paulo Mansur.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Pode fazer uma comunicação, deputado.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Uma breve comunicação, só para dialogar com o deputado Eduardo Suplicy.

Ele falou aqui sobre as letras das músicas do Racionais, alguma coisa no sentido de que se entendêssemos as letras, Capitão Telhada, talvez teríamos maior compreensão sobre Mano Brown e sua turma.

É complicado, deputado Suplicy, porque assim o álbum "Sobrevivendo no Inferno" acho que sei cantar praticamente todas as músicas. Então, na música fala assim: "Minha intenção é ruim, esvazia o lugar, estou em cima, estou afim, um, dois, para tirar.

Eu sou bem pior do que você está vendo. Preto aqui não tem dó, é 100% veneno. A primeira faz bum, a segunda faz pá, eu tenho uma missão e não vou parar. Meu estilo é pesado e faz tremer o chão, minha palavra vale um tiroteio, muita munição". E continua.

Tem outra que fala assim, já não é do "Sobrevivendo no Inferno", algo mais atual. "Hoje eu sou ladrão, artigo 157. As cachorras me amam, os playboys se derretem". Eu poderia dar várias outras músicas aqui com misoginia, machismo, violência explícita, crime.

Então, não posso concordar com Vossa Excelência. Eu sei que V.Exa. também é conhecedor muito mais profundo do que eu nesse tema. Mas há várias músicas do Racionais, deputado Eduardo Suplicy, com as quais eles flertam, admiram, louvam o crime.

Eu entendo a realidade, a origem social do Mano Brown, do seu grupo, mas tem músicas ali que eles, hoje, pelo patrulhamento do politicamente correto, não cantam. Há conceitos, palavras que eles não têm coragem mais de cantar, citar. Como eu disse, música com machismo, misoginia.

Por quê? Porque o patrulhamento do politicamente correto não deixa. Só deixa hoje se louvarem o crime, louvarem o uso de drogas, mas outras coisas que eles, até um passado não muito distante, falavam, eles não podem mais falar mais porque foram podados. Lembrando, Mano Brown fez o L.

Obrigado, senador.

Obrigado, presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Permite pela ordem, Sr. Presidente? Só uma breve reflexão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - MANSUR - PL - Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Há muitas canções, que bom que conhece já diversas canções, mas eu costumo, por exemplo, dizer que o dia que nós tivermos uma renda básica de cidadania isso vai mudar muito a vida, por exemplo, de uma mãe que, não tendo como dar de comer em casa para as suas crianças, resolve vender o seu corpo lá, se prostituir no Parque da Luz, ou aquele rapaz que, às vezes, não tendo como auxiliar o orçamento da sua família, resolve se tornar um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, como personagem de outra canção, que provavelmente, então, saiba até cantar comigo.

O homem na estrada, que recomeça o seu caminho, a sua dignidade, a sua liberdade que foi perdida, subtraída, quer mostrar a si mesmo que realmente mudou, que se recuperou, quer viver em paz e dizer ao crime "nunca mais".

O dia que houver, para cada pessoa no Brasil, uma renda suficiente para atender às suas necessidades vitais, aquela mãe e este rapaz vão ganhar a condição de dizer: "Não, agora eu não preciso aceitar essa única alternativa que me surge pela frente, mas que vai ferir a minha dignidade e colocar a minha saúde e vida em risco.

Agora eu posso, quem sabe, aguardar um tempo fazendo um curso aqui em uma escola, com o professor Gil Diniz, até que surja uma oportunidade, mas de acordo com a minha vocação, a minha vontade".

É nesse sentido, pois, como diz Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de Harvard, que ele avalia que a renda básica vai, de fato, melhorar a qualidade de vida, provendo dignidade e liberdade real para todos. Por isso que me tornei tão amigo do Mano Brown, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos, agora, com a palavra o deputado Capitão Telhada.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Novamente voltamos. Deputado Eduardo Suplicy, antes que suba, eu gostaria de fazer um pedido. O vídeo que V. Exa. mostrou, dos policiais militares realizando uma abordagem, eu gostaria de ter acesso a esse vídeo, se o senhor pudesse me enviar, porque eu quero fazer um elogio a esses policiais militares.

Quero fazer um elogio formal, do meu gabinete para o batalhão deles. Vou tentar levantar quem são os policiais, se tiver alguma informação. Por gentileza, me passe esse vídeo, porque a conduta deles foi exemplar.

Eu vou só relembrar como foi o vídeo. Dois policiais militares efetuaram uma abordagem a um indivíduo provavelmente em atitude suspeita e na filmagem vê-se claramente um indivíduo alterado, agitado, com as mãos balançando, as pernas balançando, e o policial tentando conter aquele indivíduo que está sob uma abordagem policial.

E ali, de maneira muito explícita, a gente consegue já verificar dois crimes de, claro, desobediência à ordem legal, que o policial está dando àquele indivíduo em atitude suspeita. Não sei qual era a ocorrência que aconteceu ali, para a qual os policiais foram chamados.

Aparentemente tem outras partes, um senhor ao lado, uma outra senhora e alguém que filma. Então, tem uma desobediência, que o indivíduo não para, não coloca as mãos para trás, não obedece ao que o policial está falando para ele e também uma resistência, porque diversas vezes o policial tem que segurar na camisa dele, e o indivíduo tenta tirar a mão do policial.

Então, são dois crimes muito claros e, mesmo assim, os policiais permanecem com muita tranquilidade, utilizam do equipamento que a instituição provê para eles, que é o gás pimenta, para quebrar a resistência daquele indivíduo. Não batem, não dão tapa, não dão chute, não xingam.

Conduta muito boa desses policiais, até o momento em que o indivíduo, com os olhos em ardência, enfim, coloca a mão para trás e deixa o policial conduzir a ocorrência para a segurança do próprio indivíduo que está sendo abordado e para a segurança da patrulha e dos demais, porque nós cansamos de ver pessoas sob abordagem policial resistirem e tomarem a arma do policial, e diversos outros, terceiros ali na ocorrência, serem feridos.

Então, nós temos que elogiar essa equipe, porque ela em nenhum momento se exaltou. Fez uso proporcional da força, com equipamentos não letais, orientou quem estava filmando. A própria pessoa que está filmando fala assim, "amigo, coloca a mão para trás, obedeça ao policial". O senhor lembra disso?

Então, por gentileza, me passe esse vídeo que eu quero fazer um elogio a essa equipe pela conduta exemplar que eles tiveram. Obrigado pelo compartilhamento. Gostaria de...

O SR. EDUARDO SUPLICY – PT - COM ANUÊNCIA DO ORADOR - Aquela pessoa não havia cometido crime algum.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Uma abordagem em atitude suspeita. Eu vou passar um "whatsapp" para o senhor, que o senhor me envia o vídeo, as informações. que eu vou encaminhar e...

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - ...que eu vou encaminhar e eu me disponho a colaborar para saber exatamente tudo o que aconteceu.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Por favor. Essa equipe merece um elogio.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - É um prazer.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Gostaria de utilizar também esse tempo que temos aqui para voltar ao assunto, rapidamente: eu já falei hoje da conduta do ouvidor das polícias, que esteve lá na Vila Fundão.

Eu também conheço a Vila Fundão, trabalhei no 16º Batalhão, comandei a Força Tática. Me cansei de patrulhar na Estrada de Itapecerica, na Avenida Campo Limpo, na Avenida Carlos Caldeira Filho, na Avenida Carlos Lacerda, na Avenida Sabin. Onde mais, Morelli? Você trabalhou lá também.

Posso falar aqui, a tarde inteira, de ruas lá do Campo Limpo, do Capão Redondo, da Vila Fundão. Já abordei diversos rappers lá, alguns com tranquilidade, que respeitam a polícia, que entendem o trabalho da polícia; outros em situação de maior dificuldade. Mas a questão não é essa.

A questão é que quando tem lá um baile funk ou um samba, fechando a rua, fechamento de via, com a população participando, tudo bem até aí. Agora, começa a ter tráfico de drogas, uso de droga abertamente, publicamente, inclusive onde as pessoas se deixam filmar, ou seja, numa afronta clara à legislação em vigor no Brasil, porque uso de droga é crime.

Qual é a dificuldade de entender isso? "Ah, mas não é apenado com prisão". Qual o problema? São diversas penas previstas pelo Código Penal, pelo Código de Processo Penal. Pena de multa, pena de pagamento em pecúnia, pena de prestação de serviço.

Por mim, inclusive, poderia voltar à pena de prisão. Lanço um desafio aqui, veio à mente agora. Já que o ouvidor das polícias estava lá, lanço um desafio: topa o exame toxicológico? Topa, ouvidor, o exame toxicológico? Porque até onde eu sei a indicação da lista tríplice, que vem lá do Condep, o governador, exige duas coisas: uma moralidade e uma conduta ilibada.

Moralidade, idoneidade moral e conduta ilibada. Ao que me parece, está claramente aí tendo uma afronta nessas questões. "Ah, mas o cidadão é livre para ir aonde quiser".

Sim, o cidadão é; mas agora o cidadão, quando assume o comando de uma instituição, quando assume um cargo eletivo, quando assume uma ouvidoria, que quer tanto, de maneira sempre parcial, apontar erros das nossas polícias, que são homens e mulheres que se entregam para defender quem nem gosta da gente... A gente vai defender gente que nem gosta da gente, que nem merecia a polícia que tem.

Muitos nem mereciam a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Polícia Penal que têm, aqui em São Paulo e no Brasil. E mesmo assim a gente faz, porque a gente não olha a cor. A abordagem que o deputado mostrou aqui no vídeo não é por causa da cor.

O cara que resistir à prisão, o cara que desobedecer à ordem policial, a mulher que desobedecer, não importa a cor da pele, ela vai ter o peso da lei de qualquer maneira, ou ele; não importa se é preto, se é branco, se é gordo, se é magro, se é velho, se é novo. Não importa. A lei é para todos, "erga omnes".

Então, são sempre as mesmas narrativas. E voltando ao ouvidor, está aqui, já elaborado e protocolado: um convite, um requerimento para que venha até a nossa Comissão de Segurança Pública dar explicações do que se passou no dia 22 de abril, quando ele abertamente e claramente está ao lado ali de pessoas fazendo uso de drogas, inclusive com dois indivíduos com uma pochete cheia de invólucro plástico, claramente praticando crime de tráfico de drogas.

Vamos dar explicações, venha conversar conosco, já que quer tanto pedir a presença, quer tanto pedir explicações de secretaria A, B ou C; eu envio aqui um requerimento para que o ouvidor esteja conosco, dando explicações do que se passou nesse vídeo, porque está todo mundo sabendo. Está todo mundo sabendo, e está feio, está muito feio. São Paulo não pode passar uma vergonha assim.

E também está feita aqui uma moção de repúdio, e estamos analisando outras ferramentas e outros remédios jurídicos. Nossa equipe está analisando outros remédios jurídicos do que pode ser feito a esse respeito. Porque a primeira coisa que a gente preza aqui em São Paulo é ética, é moral e é decência na condução das instituições.

Eu quero falar também de um tema que aconteceu lá em Brasília ontem, na Comissão de Constituição e Justiça.

Lá foi aprovado um projeto de lei, uma proposta de lei, da deputada federal de Santa Catarina, Carolina de Toni, com relatoria do deputado federal aqui de São Paulo, delegado de polícia, Paulo Bilynskyj, e aprovado na CCJ.

É uma proposta que traz a possibilidade e traz a autonomia, para os estados, os entes federativos, legislarem sobre a questão bélica, fazerem as suas legislações próprias sobre a posse e o porte de armamento, sobre a questão dos colecionadores, atiradores e caçadores.

Isso seria um avanço tamanho, dentro da nossa discussão, dentro do que a gente defende como liberdade para cada cidadão escolher se quer portar uma arma de fogo. Se quer ter uma arma para a sua defesa, ou para a prática de esporte, lidando diretamente no Estado, com a legislação feita por nós, deputados estaduais, diretamente com a Polícia Civil, com o Exército Braseiro, que já é feito aqui no Comando Militar do Sudeste, e com o Governo do Estado tendo autonomia.

Porque o nosso País, o nosso Brasil tem dimensões continentais. Cada estado tem a sua realidade, cada estado tem a sua cultura, os seus costumes, as suas características rurais ou urbanas, de criminalidade, de instituição policial. Então seria muito importante que essa proposta de lei tramitasse na casa federal, na Câmara dos Deputados Federais, e chegasse de fato a uma aprovação em plenário.

Iremos acompanhar de perto aqui em São Paulo, torcendo, dando apoio, trazendo o tema à tona e à visibilidade de discussão, para que prossiga, ganhe força. E que todos entendam que tratamos aqui de liberdade e de defesa da nossa família, dos nossos cidadãos e contra a criminalidade.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Parabéns pelas falas, deputado Capitão Telhada. Agora sim, nos oradores inscritos. Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente, retorno a esta tribuna, prometo que é a última intervenção nesta tarde. Mas não poderia não subir aqui para prestar a minha solidariedade e homenagem à comunidade armênia de São Paulo e do Brasil.

Para quem não sabe, os armênios sofreram o primeiro genocídio do século XX. Genocídio este que começou em 1915, começou no dia 24 de abril, e durou até praticamente o ano de 1924. Mais de 1 milhão e meio de armênios foram brutalmente assassinados pelo Império Otomano, que nega as acusações. Esses sim, verdadeiros negacionistas.

Hoje não existe mais o Império Otomano. Hoje nós temos a Turquia e os seus satélites. Nós prestamos, rendemos a homenagem à população da Armênia. Ontem nós tivemos um coquetel nesta Casa com a comunidade, estavam aqui. Amanhã nós teremos uma sessão solene em homenagem ao povo armênio, lembrando os heróis dessa nação, que tombaram defendendo o seu povo, e as outras vítimas.

Nós não podemos nos esquecer de que, nesse momento, o povo armênio luta para garantir a integralidade do seu território, do seu povo. Há um conflito hoje que é pouco divulgado pela nossa grande mídia, pela extrema imprensa. O Azerbaijão, que é um dos satélites turcos, está tentando tomar partes da Armênia.

Tem uma questão geopolítica em Nagorno-Karabakh, onde milhares de armênios tiveram que ser deslocados, tiveram que sair de suas casas, abandonar as suas igrejas, o seu território, a sua cultura.

Isso hoje, 2024. Então, a nossa solidariedade ao povo armênio, que sofreu o primeiro genocídio no século XX e que até hoje sofre com os ataques daqueles que, se pudessem, eliminariam esse povo guerreiro que nós conhecemos.

Então, amanhã estaremos neste plenário homenageando a comunidade, os seus heróis e mártires. Não podemos deixar de repudiar aqui, nesta Casa de Leis, o embaixador do Azerbaijão, que foi recebido pelo presidente da Comissão de Relações Internacionais.

Eu sei que o embaixador do Azerbaijão já se queixa com o presidente da Comissão de Relações Internacionais pelo trabalho deste deputado, pelas críticas deste deputado, mas nós nos mantemos aqui acreditando e defendendo aquilo que julgamos ser a verdade dos fatos.

Temos outros conflitos deflagrados pelo mundo. Sou vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos. Não podemos deixar de lembrar aqui do conflito entre Israel e o Hamas, que está acontecendo na Faixa de Gaza.

Não podemos esquecer aquele ataque cruel do Hamas a Israel, vitimando centenas, milhares de inocentes. Não podemos esquecer dos sequestrados pelo Hamas, que há meses estão na Faixa de Gaza, talvez em túneis, em condições subumanas.

Para quem não sabe, há vários sul-americanos ali. Há brasileiros ali. O Itamaraty finge que não vê, o presidente, "presidengue" Inácio da Silva, finge que não vê e, sempre que pode, condena a ação, a reação legítima de Israel, que foi atacado e, nos últimos dias, atacado também pelo Irã, que tem seus satélites que financia.

O governo do Irã financia. E lá vou eu entrar em mais uma questão internacional. Daqui a pouco o cônsul ou o embaixador do Irã faz como o embaixador do Azerbaijão e o cônsul da China, que vieram censurar o trabalho deste que representa quase 200 mil paulistas, que confiaram o voto a mim.

Então, não podemos deixar de subir a esta tribuna, ainda que não seja, para muitos, um tema urgente, um tema caro, algo que esteja no seu cotidiano, mas eu preciso relembrar justamente isso: o povo armênio... Muitos aqui sabem que sou católico.

O povo armênio também, marcadamente, professa a sua fé católica, e nós sabemos que há um conflito também que é religioso. Os seus inimigos turcos, os seus inimigos no Azerbaijão têm outra profissão de fé. Então, também é um conflito não só geopolítico, mas também étnico e religioso.

Para finalizar, presidente, só comunicar à Casa que, no último sábado, no último final de semana, estive em Aparecida. Depois nos deslocamos para Copacabana, na grande manifestação no Rio de Janeiro, com o presidente Bolsonaro e outras autoridades, mas em Aparecida tivemos um encontro, eu diria, histórico: a primeira romaria dos parlamentares católicos a Aparecida, à Casa da Mãe.

Eu fiquei surpreendido. Alguns deputados eram notadamente lideranças conservadoras de direita, mas a maior parte dos deputados que vi nessa romaria, deputados de extrema-esquerda; mas que bom que estão nestes lugares onde o meu amigo, deputado Gualberto, deputado estadual do Rio de Janeiro, e a deputada Chris Tonietto, reafirmaram ali os nossos valores, preciso assinar embaixo; a defesa da vida desde a sua concepção até a sua morte natural. Um tema não só caro a este deputado, como é um mandamento da santa Igreja.

Então espero que os deputados... Outro tema tratado, dito, falado, era justamente a condenação, deputado Capitão Telhada, da liberação das drogas no nosso País, um tema que está na Ordem do Dia. Muitos querem descriminalizar, como dizem.

Na verdade, é intoxicar ainda mais as nossas crianças, os nossos jovens aqui no País. Então, reafirmar esses nossos valores, a defesa da vida, a defesa da família, a defesa dos nossos valores cristãos. Aqui ou em qualquer lugar deste mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - E, se houver aqui o acordo entre os líderes, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Parabéns pelas palavras, deputado Gil Diniz. Bom, então Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 01 minuto.

* * *

26 DE ABRIL DE 2024
3ª REUNIÃO

Presidência: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 10 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.